

ACESSIBILIDADE WEB NA PLATAFORMA LATTES: LIMITES E IMPACTOS PARA PESQUISADORES COM DEFICIÊNCIA

Digital accessibility of the Lattes Platform: limits and impacts for researchers with disabilities

Ana Paula Lima dos Santos

Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência da Informação

Niterói, RJ, Brasil

ap_lima@id.uff.br

<https://orcid.org/0000-0001-5238-4454> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●

RESUMO

Objetivo: Investigar as barreiras enfrentadas por pesquisadores com deficiência no uso da principal plataforma de currículos acadêmicos do Brasil, analisando os aspectos de acessibilidade aplicados à organização da informação da Plataforma Lattes à luz da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e das diretrizes internacionais de acessibilidade na web.

Método: Trata-se de uma pesquisa exploratória e aplicada, cujos procedimentos envolveram a análise da página da Plataforma Lattes e do site do CNPq para identificação dos recursos de acessibilidade disponíveis, bem como a aplicação do Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios (ASES).

Resultado: Os resultados indicam que a Plataforma Lattes apresenta diversas falhas de acessibilidade, tais como ausência de compatibilidade plena com leitores de tela, inexistência de descrições alternativas para imagens e limitações na navegação por teclado, comprometendo a equidade no acesso à informação científica. A comparação com o site do CNPq, que obteve avaliação superior em acessibilidade, evidencia ausência de padronização, bem como possíveis lacunas em políticas institucionais e na implementação de diretrizes de acessibilidade.

Conclusões: O estudo reforça a necessidade de ações que ultrapassem o cumprimento formal da legislação, destacando a importância de políticas públicas e informacionais orientadas à promoção da justiça informacional. Como recomendações, propõe-se a implementação do VLibras, a inclusão do símbolo de acessibilidade e melhorias na estrutura da plataforma, visando garantir uma experiência mais inclusiva para pesquisadores com deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade na web. Plataforma Lattes. Pesquisadores com deficiência. Políticas informacionais. Justiça informacional.

ABSTRACT

Objective: To investigate the barriers faced by researchers with disabilities when using Brazil's main academic résumé platform, analyzing the accessibility aspects related to the organization of information on the Lattes Platform in light of the Brazilian Law for the Inclusion of Persons with Disabilities (LBI) and international digital accessibility guidelines.

Methods: This is an exploratory and applied study. The procedures included an analysis of the Lattes Platform and the CNPq website to identify available accessibility features, as well as the application of the Accessibility Evaluator and Simulator for Websites (ASES).

Results: The findings indicate that the Lattes Platform presents several accessibility shortcomings, such as the lack of full compatibility with screen readers, absence of alternative text for images, and limitations in keyboard navigation, thereby compromising equitable access to scientific information. A comparison with the CNPq website, which achieved a higher accessibility score, it highlights a lack of standardization, as well as possible gaps in institutional policies and in the implementation of accessibility guidelines.

Conclusions: The study underscores the need for actions that go beyond formal compliance with legislation, highlighting the importance of public and informational policies oriented toward promoting informational justice. Recommendations include the implementation of VLibras, the inclusion of an accessibility symbol, and improvements to the platform's structure to ensure a more inclusive experience for researchers with disabilities.

KEYWORDS: Digital accessibility. Lattes Platform. Researchers with disabilities. Informational policies. Informational justice.

1 INTRODUÇÃO

Na comunidade acadêmica, os sites são um importante instrumento de pesquisa e refletem a necessidade de uso por alunos com deficiência. Por isso, é imperativo que esses canais estejam acessíveis a eles, respeitando as prerrogativas estabelecidas pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) no acesso à informação e à comunicação. A referida lei, em seu art. 63, esclarece sobre a obrigatoriedade da acessibilidade nas páginas da internet, especialmente as mantidas por empresas com sede ou representações comerciais no país, ou por órgãos do governo, o acesso à informação deve ser mantido seguindo as diretrizes das melhores práticas adotadas internacionalmente. O §1º, do Art. 63, estabelece que o símbolo de acessibilidade deve estar em destaque nas páginas (Brasil, 2015).

Conforme apontado por Santos (2024a), a Plataforma Lattes representa um sistema virtual de currículos desenvolvido e mantido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que integra informações provenientes de currículos, grupos de pesquisa e instituições em um único sistema dedicado às áreas de Ciência e Tecnologia no contexto brasileiro. Os dados contidos no Lattes têm sido amplamente utilizados por pesquisadores devido à sua reputação como uma fonte confiável, uma vez que são inseridos e validados pelos próprios autores e pesquisadores (Brasil, 2023).

Nesse sentido, torna-se pertinente investigar se a plataforma é acessível às pessoas com deficiência. Ainda que não existam dados sobre a participação desse público na produção científica, observa-se, a partir da experiência de pesquisadores, uma possível invisibilização, considerando que essas pessoas utilizam a plataforma tanto para a divulgação de suas pesquisas quanto como instrumento de investigação. É importante salientar que o acesso à informação é um direito social de todos os cidadãos, logo podemos afirmar que é um direito difuso, que não pertence apenas a um indivíduo, mas a sociedade.

A acessibilidade na web é um direito fundamental que garante a inclusão de todas as pessoas no ambiente virtual, especialmente no contexto acadêmico e científico. No entanto, a Plataforma Lattes, principal sistema de currículos utilizado no Brasil para registro

e avaliação da produção científica, apresenta desafios relevantes para pesquisadores com deficiência. A ausência de recursos acessíveis, como compatibilidade plena com leitores de tela, navegação intuitiva e adequação às diretrizes de acessibilidade na web, compromete a participação equitativa desses pesquisadores na comunicação e na visibilidade de suas trajetórias acadêmicas.

Dessa forma, a pesquisa busca verificar em que medida a Plataforma Lattes atende aos critérios de acessibilidade na web e de organização da informação, à luz da legislação brasileira e de referenciais da Ciência da Informação, e quais barreiras informacionais são evidenciadas para pesquisadores com deficiência.

Este estudo pretende investigar as barreiras enfrentadas por pesquisadores com deficiência no uso da principal plataforma de currículos acadêmicos do Brasil, analisando os aspectos de acessibilidade aplicados à organização da informação da Plataforma Lattes à luz da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e das diretrizes internacionais de acessibilidade na web. A partir de uma revisão da literatura e das orientações dadas pela LBI, discute-se a necessidade de políticas públicas e ações institucionais voltadas para a acessibilidade informacional, com vistas à construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo e equitativo.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E AS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO VOLTADAS A ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Santos (2024b), em seus estudos sobre políticas de informação, trouxe o conceito abordado por Freire (2008, p. 199), no qual “[...] a política de informação deve ser um instrumento regulador entre a sociedade e os avanços científicos e tecnológicos, e deve atuar de forma participativa”. Concorde-se com o autor e acrescenta-se que, na questão da inclusão, é importante uma mudança de mentalidade e de postura frente às necessidades e aos direitos das pessoas com deficiência. Essas questões devem ser pensadas não apenas no âmbito das macropolíticas, mas também nas perspectivas das micropolíticas informacionais, ou seja, daquelas produzidas nos órgãos e departamentos subordinados.

Ao analisar as políticas de informação, Freire (2008) propõe sua compreensão a partir de duas vertentes: a informação básica e a informação específica. A primeira refere-se aos aspectos mais amplos da produção da informação, abrangendo elementos como as tecnologias da informação, as telecomunicações e as dinâmicas da política internacional, entre outros.

Por sua vez, a política específica diz respeito aos aspectos particulares de determinados setores de uma atividade, como, por exemplo, uma política de gestão da informação voltada à produção de conteúdos relacionados à identidade cultural e à garantia de acesso livre às fontes de informação na rede. Ao aprofundar essa segunda abordagem, é possível incorporar também as demandas específicas das pessoas com deficiência.

Freire (2008) observa que, no contexto brasileiro, as propostas de políticas públicas de informação ainda carecem de articulação entre os campos educacional, cultural e comunicacional, evidenciando a interdependência com as relações socioeconômicas. Trata-se, portanto, de políticas que demandam uma transformação nos meios de comunicação, nas tecnologias e nos serviços. Esse contexto tem potencial para promover mudanças, “[...] favorecendo o crescimento de uma sociedade da informação onde todos tenham direito ao acesso a ao menos uma cota substancial dos serviços e os benefícios que as tecnologias digitais podem oferecer” (Freire, 2008, p. 199).

Nesse sentido, a concepção de política de informação, no contexto brasileiro, está intrinsecamente ligada à postura política adotada na abordagem de temas relacionados aos fluxos e processos de informação que impactam a sociedade. Essas abordagens, muitas vezes em conflito com interesses de mercado, têm repercussões sobre os interesses sociais (Magnani; Pinheiro, 2011).

Ao considerarmos o atual cenário tecnológico, especialmente no âmbito da informação e da comunicação em redes, observa-se uma intensificação da complexidade nos processos de produção, circulação e uso da informação. Tal complexidade decorre, em grande medida, das dificuldades em formular diretrizes e políticas consistentes e equilibradas, capazes de enfrentar, de forma equitativa, os desafios inerentes a esse contexto.

Um dos aspectos mais delicados (a ausência de políticas para tratamento da informação acessível) reside na camada de infraestruturas de rede, cujo impacto é notável no pleno desenvolvimento de sistemas infodocumentários, como a elaboração de catálogos e bases de dados acessíveis, conforme discutido amplamente nos estudos de Santos (2024b).

A lacuna identificada quanto à ausência de políticas específicas para o tratamento da informação acessível em infraestruturas de rede demanda a proposição de diretrizes que integrem, de forma sistêmica, os níveis técnico, normativo e informacional. Nesse sentido, torna-se fundamental que as políticas de informação incorporem a acessibilidade como requisito estruturante das arquiteturas digitais, contemplando desde a camada de

infraestrutura (protocolos, interoperabilidade e padrões de dados) até a camada de aplicação (interfaces, metadados e serviços informacionais).

Isso implica a adoção de modelos de governança que articulem referenciais internacionais, como as diretrizes do World Wide Web Consortium (W3C) e o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG), com políticas institucionais que garantam a padronização e a continuidade das práticas de acessibilidade nos sistemas infodocumentários. Ademais, recomenda-se a implementação de políticas de interoperabilidade acessível, nas quais os metadados sejam estruturados de modo a permitir a recuperação e o uso da informação por tecnologias assistivas, bem como a incorporação de requisitos de acessibilidade nos processos de desenvolvimento, aquisição e manutenção de sistemas.

Do ponto de vista da Ciência da Informação, tal integração fortalece o regime de informação ao assegurar que a acessibilidade não seja tratada como um elemento periférico, mas como um princípio constitutivo da organização, mediação e circulação da informação. Dessa forma, a ausência de políticas na infraestrutura de rede limita o desenvolvimento técnico dos sistemas infodocumentários enquanto instrumentos de equidade e justiça informacional.

Como pontuado por Santos (2024b), no contexto contemporâneo, diante dos avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e das tecnologias Web, observa-se uma intensa dinâmica de inovação tecnológica. Para acompanhar esse cenário, os estudos da informação têm se consolidado em consonância com as transformações decorrentes das novas configurações sociais promovidas pelos ambientes digitais, buscando, assim, adequar-se às demandas e necessidades de seus usuários. Nesse contexto, as TIC “exercem um papel estruturante na organização da sociedade e da nova ordem mundial” (Mattelart; Mattelart, 1999, p. 73).

Uma evidência dessas transformações pode ser observada nas mudanças dos ambientes informacionais. Como destacam Capurro e Hjørland (2007, p. 194) “à medida que os sistemas de informação se tornam mais globais e interconectados, a informação implícita é, muitas vezes, perdida”. Nesse contexto, os espaços híbridos ganham relevância como estratégias de inclusão na sociedade da informação. Assim, embora as TIC promovam profundas transformações, é imprescindível considerar os impactos delas decorrentes, bem como não negligenciar a compreensão do contexto socioeconômico, de modo que

[...] a inclusão de todas as pessoas na sociedade da informação, especialmente os grupos com maiores dificuldades de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), tanto facilitando o acesso ou com a aplicação de normas e diretrizes e através de treinamento e educação. Este é o tipo de inclusão social com maior relevância no contexto do desenvolvimento capitalista (Cuevas Cerveró; Velloso González, 2011, p. 55).

Esse mesmo entendimento se aplica à concepção de ambientes, sejam eles físicos ou digitais. Não é mais possível ignorar as demandas sociais, uma vez que se trata de uma questão de natureza política e de garantia de direitos humanos. Para Santos (2024a), “as políticas informacionais precisam inserir essas pessoas. Essa ação não é um favor e sim um direito que as instituições e a sociedade devem reconhecer”. As políticas emergem a partir das mobilizações da sociedade e constituem um meio de promover alcance mais amplo, especialmente para aqueles em contextos de desvantagem social (Santos, 2024a, p. 124).

Ademais, concorda-se com Sasaki (2005) ao afirmar que a inclusão constitui um construto social que envolve responsabilidades tanto individuais quanto coletivas. Trata-se de um direito de todas as pessoas, independentemente de suas características e especificidades, cabendo ao Estado assegurar a efetivação das políticas públicas, tanto em instituições públicas quanto privadas, por meio da promoção e da fiscalização de iniciativas que valorizem o respeito à diversidade.

As dimensões econômicas constituem fatores que impactam diretamente a inclusão de pessoas na sociedade da informação, e é sabido que um documento, por si só, não é capaz de alterar essa realidade. Assim, embora se reconheça que os documentos possuem um expressivo poder de agência, conforme aponta Frohmann (2007), as transformações efetivas dependem da ação humana, tanto em nível individual quanto coletivo.

Para Araújo (2018), é fundamental ultrapassar as intenções presentes nos discursos formalizados em documentos e avançar para a implementação de ações concretas. Nesse contexto, a responsabilidade social e a gestão de políticas informacionais inclusivas tornam-se essenciais para impulsionar estudos que contribuam para a construção de uma sociedade orientada pela justiça informacional.

No cotidiano, as pessoas com deficiência devem dispor das mesmas condições de escolha que aquelas sem deficiência, no que se refere à qualidade e ao acesso aos recursos de telecomunicações. Para que isso se concretize, é necessário que sites e páginas digitais sejam adequados, incorporando, por exemplo, recursos de áudio para

peessoas com deficiência visual ou surdocegueira, além de compatibilidade com leitores de tela para usuários com baixa visão, incluindo ajustes no tipo e no tamanho das fontes, no contraste e no uso das cores (Santos, 2024a).

No que se refere ao uso de computadores e ao acesso à internet, recursos como leitores de tela, legendas e páginas web com mecanismos adequados de navegação contribuem significativamente para ampliar o acesso à informação por pessoas com deficiência. Além disso, a adoção de uma linguagem simples e clara é fundamental para atender pessoas com deficiência cognitiva, incluindo, por exemplo, indivíduos idosos que enfrentam alterações de memória (Santos, 2024a).

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Banco Mundial (BM) (OMS; Word Bank, 2012), a ausência de legendas, audiodescrição e recursos em Libras restringe o acesso à informação por pessoas com deficiência auditiva. Diante disso, é fundamental que sites, páginas e repositórios adotem práticas de acessibilidade, como a inclusão de textos alternativos para imagens, aliadas a interfaces intuitivas, com textos claros e uso adequado de cores.

O relatório da OMS também apontou que poucos sites públicos são acessíveis. Em auditoria global, a primeira do tipo sobre acessibilidade à internet para pessoas com deficiência, requisitada pela Organização das Nações Unidas (ONU) à Nomensa, em 2006, investigou-se a acessibilidade de 100 sites líderes, oriundos de cinco setores¹ de 20 países² de todo o mundo (Nomensa, 2006). Das páginas analisadas, apenas três tiveram avaliação com o nível mais básico de acessibilidade, conforme observados nos estudos de Santos (2024a).

Os dados mais recentes reforçam que a acessibilidade digital permanece como um desafio estrutural em escala global. Documentos recentes do relatório A/79/372 de monitoramento da Agenda 2030, publicado pela ONU (2024), indicam que, apesar dos avanços normativos e tecnológicos, a maioria dos ambientes digitais ainda não atende plenamente aos critérios de acessibilidade. O relatório aponta que aproximadamente 63% dos portais governamentais no mundo não cumprem os padrões estabelecidos,

¹ Viagens (companhias aéreas); Finanças (bancário); Mídia (jornais); Política (representante do governo central); Varejo (lojas).

² Uma lista inicial de 20 países foi elaborada pela ONU, representando nações de todos os continentes, exceto a Antártica. Os países incluídos no relatório foram: Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Chile, China, França, Alemanha, Índia, Japão, Quênia, México, Marrocos, Rússia, Singapura, África do Sul, Espanha, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Estados Unidos da América.

evidenciando uma lacuna relevante entre a formulação de políticas e sua efetiva implementação (ONU, 2024).

Essa constatação dialoga com análises anteriores, como as da OMS, que já destacavam a baixa acessibilidade de sites públicos como uma barreira persistente ao acesso à informação por pessoas com deficiência.

Em 2008, foi conduzido um estudo que indicou que cinco dos sites mais populares³ não eram acessíveis à pessoa com deficiência. As pesquisas ainda revelaram que, entre as pessoas com deficiência que não fazem uso da internet, predominam aquelas com deficiência visual ou mobilidade reduzida, sendo que essas limitações se manifestam de forma distinta conforme o contexto socioeconômico em que estão inseridas (OMS; World Bank, 2012).

De acordo com Santos (2024a, p. 111) as dificuldades relacionadas à acessibilidade na web não se restringem a aspectos tecnológicos “(softwares e sites adequados). Elas também estão relacionadas às questões econômicas, sociais, políticas, educacionais, de acesso aos equipamentos, de conhecimento para usar os dispositivos e buscar informações etc”.

No ano de 2015, a Abilitynet realizou testes padronizados para a elaboração de um relatório sobre a acessibilidade dos sites de partidos políticos durante as eleições no Reino Unido, conduzidas também por meios digitais. Os resultados mostraram-se extremamente insatisfatórios para as pessoas com deficiência, uma vez que nenhum dos sites avaliados atingiu conformidade legal, ou sequer o padrão mínimo reconhecido internacionalmente. Tal cenário evidencia que, se a acessibilidade na web fosse um requisito determinante para o exercício do voto, pessoas com deficiência poderiam ter seu direito comprometido, sendo, na prática, impedidas de participar plenamente do processo eleitoral e de escolher seus representantes (AbilityNet, 2015).

Outro problema identificado refere-se à insuficiência de regulamentação no âmbito das TIC. O relatório da OMS destaca que, mesmo em países onde há legislações voltadas para essas tecnologias, muitas delas não apresentam diretrizes claramente documentadas no que diz respeito à acessibilidade. Santos (2024a) identificou uma coleta de dados realizada em 36 países das regiões da Ásia e do Pacífico,⁴ que revelou que apenas oito governos seguiam os padrões de acessibilidade (OMS; World Bank, 2012).

³ MySpace, Facebook, Youtube, Yahoo, Bebo.

⁴ Cinco são do leste e nordeste da Ásia (China; Hong Kong, China; Japão; Mongólia; e República da Coreia). Dez são do Sudeste Asiático (Camboja, Indonésia, República Popular Democrática do Laos,

Ao observar esses dados em perspectiva histórica, percebe-se que, embora haja avanços institucionais e maior visibilidade da pauta, a acessibilidade digital ainda enfrenta entraves estruturais, o que reforça a necessidade de políticas informacionais mais efetivas, monitoramento contínuo e capacitação dos profissionais envolvidos na produção e gestão da informação.

No Brasil, conforme observado, a LBI assegura a acessibilidade no ambiente digital; entretanto, essa normativa não é plenamente cumprida, uma vez que ainda se identificam páginas e sítios eletrônicos que não atendem aos requisitos de acessibilidade, inclusive no âmbito das instituições de informação, tais como repositórios e institutos de pesquisa, o que se coloca como um desafio (Santos, 2024a).

A acessibilidade na web na Plataforma Lattes deve ser compreendida dentro do regime de informação científico e governamental no Brasil (Magnani; Pinheiro, 2011), em que a organização da informação (Capurro; Hjørland, 2007) desempenha papel central para a visibilidade e circulação do conhecimento. Nesse sentido, a ausência de recursos acessíveis compromete o papel da Plataforma como mediadora informacional (Almeida Júnior, 2009), fragilizando o ecossistema de informação científica (Araújo, 2018) e limitando a efetivação da justiça informacional.

A acessibilidade na web na Plataforma Lattes deve ser compreendida como parte de um regime de informação (González de Gómez, 2003; Magnani; Pinheiro, 2011), no qual a produção, circulação e uso da informação científica estão estruturados por políticas, normas e tecnologias. Nesse regime, a Plataforma funciona não apenas como um repositório de currículos, mas como infraestrutura de governança da ciência brasileira, organizada e mantida pelo Estado para fins de avaliação e monitoramento. A ausência de recursos acessíveis, portanto, não é apenas uma falha técnica, mas um sintoma de como os regimes informacionais podem reproduzir desigualdades ao invisibilizar determinados grupos.

Do ponto de vista da organização da informação (Capurro; Hjørland, 2007), a acessibilidade é parte fundamental das escolhas de representação e estruturação dos metadados. A ausência de textos alternativos, descrições em Libras ou recursos de contraste não afeta somente como a informação é apresentada, mas também o modo como

Malásia, Myanmar, Filipinas, Singapura, Tailândia, Timor-Leste e Vietnã). Nove são do sul e sudoeste da Ásia (Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão, Sri Lanka e Turquia). Três são da Ásia do Norte e Central (Armênia, Azerbaijão e Cazaquistão) e nove são do Pacífico (Austrália, Ilhas Cook, Fiji, Kiribati, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão).

ela pode ser recuperada e compreendida por diferentes perfis de usuários. Ou seja, a acessibilidade é indissociável da própria qualidade da organização da informação.

Além disso, a Plataforma Lattes deve ser entendida como uma instância de mediação informacional (Almeida Júnior, 2009), pois atua como intermediária entre o pesquisador e as políticas de fomento, avaliação e visibilidade científica. Quando falha em garantir acessibilidade, essa mediação se torna excludente, reforçando barreiras no acesso e comprometendo a equidade na participação de pesquisadores com deficiência nos circuitos de produção e comunicação da ciência.

Por fim, a discussão também se insere no debate sobre ecossistemas de informação (Araújo, 2018), entendidos como redes de atores, tecnologias, normas e práticas que regulam o fluxo informacional em uma sociedade. A acessibilidade na web é um componente estruturante desse ecossistema, pois permite que todos os atores participem em condições equitativas. A falta de adequações no Lattes fragiliza o ecossistema científico nacional, limitando a efetivação da justiça informacional.

Assim, reforça-se que a análise da acessibilidade na web da Plataforma Lattes não pode ser reduzida a uma mera checagem técnica ou ao cumprimento formal da legislação. Trata-se de um problema conceitual da Ciência da Informação, que envolve regimes de informação, organização, mediação e ecossistemas informacionais, com impactos diretos sobre a inclusão e a equidade na ciência brasileira.

Dado isto, além de configurar um direito individual da pessoa com deficiência, a acessibilidade na web também deve ser reconhecida como um direito difuso, pois se relaciona ao interesse coletivo em uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva. Sua efetivação beneficia toda a coletividade, ao promover um ambiente informacional acessível a todos e todas, independentemente de suas capacidades. Como tal, sua proteção e promoção devem ser incorporadas como responsabilidade compartilhada entre o Estado e a sociedade civil.

A seguir apresentaremos os aspectos metodológicos da pesquisa.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória, de caráter descritivo e aplicado, tendo como objeto empírico a Plataforma Lattes. Os procedimentos envolveram levantamento bibliográfico e revisão de literatura do tipo narrativa, para contextualizar a abordagem teórica adotada.

Para avaliar as funcionalidades da plataforma, utilizou-se o Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios (ASES), desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal, amplamente utilizado no contexto brasileiro para análise de acessibilidade na web (Brasil, 2014; 2023).

O ASES é uma ferramenta gratuita, disponível para desktop nos sistemas operacionais Windows e Linux, além de contar com uma versão web. Destaca-se por sua abrangência, uma vez que possibilita a avaliação simultânea de todas as páginas de um site, característica particularmente relevante para pesquisas sobre acessibilidade na web no contexto brasileiro (Farias *et al.*, 2016). Consoante os autores, o ASES apresenta a vantagem de ser um sistema desenvolvido no Brasil, permitindo a avaliação tanto com base no modelo internacional das Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo da Web (WCAG) quanto no modelo nacional de Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG), sendo por isso escolhido como a ferramenta a ser aplicada na avaliação da Plataforma Lattes.

Para realizar a avaliação, foi preciso fornecer a Uniform Resource Locator (URL) do site e clicar em “Executar”. Ao fim, se obtém um relatório com porcentagens, sendo consideradas ruim as menores que 70%; regular acima de 70% até 84%; bom de 85% até 95% e maior ou igual a 95% excelente, indicando, assim, o nível de acessibilidade.

Foram analisadas as páginas principais da Plataforma Lattes, incluindo a página inicial e a página de busca textual, por meio de três execuções do ASES. Os relatórios gerados foram sistematizados em quadros comparativos, considerando critérios como marcação HyperText Markup Language (HTML), comportamento de objetos programáveis, descrição de links e imagens, contrastes e formulários.

Para fins de contextualização, realizou-se também uma análise exploratória de plataformas internacionais de currículos e redes acadêmicas, como o Open Researcher and Contributor ID (ORCID)⁵ e a ResearchGate⁶. Ressalta-se, contudo, que, devido às limitações técnicas, foram utilizados diferentes avaliadores automáticos (ASES e *accessMonitor*), uma vez que nem todas as plataformas foram plenamente compatíveis com uma única ferramenta. Dessa forma, não se estabelece comparabilidade direta entre os resultados obtidos, sendo tais análises de caráter ilustrativo, com o objetivo de situar a

⁵ ORCID (Open Researcher and Contributor ID) é um identificador digital único, gratuito e permanente, composto por 16 dígitos, que distingue pesquisadores e acadêmicos internacionalmente.

⁶ ResearchGate é uma rede social acadêmica e plataforma online voltada para cientistas, pesquisadores e estudantes, com o objetivo de compartilhar, descobrir e colaborar em trabalhos científicos.

problemática da acessibilidade na web em um contexto mais amplo. Destaca-se que o foco central da análise recai sobre a Plataforma Lattes, sendo as demais plataformas utilizadas apenas como referência contextual.

A validação automática de acessibilidade foi realizada em março e atualizada em dezembro de 2025, com verificação de elementos estruturais em HTML e *Cascading Style Sheets* (CSS), tomando como parâmetro os padrões do W3C (W3C, 2022), especialmente no que se refere aos princípios de **percepção**, **operabilidade**, **compreensão** e **robustez**.

É importante salientar que os avaliadores automáticos de acessibilidade apresentam limitações, uma vez que não capturam integralmente a experiência do usuário, sobretudo em aspectos relacionados à usabilidade, compreensão semântica e interação cognitiva. Assim, os resultados obtidos devem ser interpretados como indicadores técnicos de conformidade com diretrizes, e não como medida absoluta da acessibilidade.

Nesse sentido, a incorporação de evidências qualitativas, como o estudo de Santos e Kafure (2022), que analisa a interação de usuários surdos com a Plataforma Lattes, contribui para complementar a análise automatizada, oferecendo uma perspectiva mais abrangente sobre as barreiras informacionais enfrentadas.

Na próxima seção apresentaremos os resultados e as discussões da pesquisa

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Figura 1 apresenta a página principal da Plataforma Lattes, na qual foram identificadas limitações estruturais relacionadas à acessibilidade na web. Entre os principais problemas observados destaca-se a ausência do símbolo de acessibilidade e do recurso VLibras, bem como a inexistência de descrições alternativas para imagens e elementos gráficos.

Figura 1 – Página principal do Lattes



Fonte: Plataforma Lattes (2025).

[Audiodescrição]: Apresenta a página inicial da Plataforma Lattes. Na parte superior, aparece a barra de endereços com o endereço “lattes.cnpq.br” e diversos ícones e abas abertas no navegador. No topo da página, há um cabeçalho branco com os logotipos da Plataforma Lattes e do CNPq, posicionados à esquerda. À direita do cabeçalho, aparecem pequenos ícones de acessibilidade e de configurações, além da bandeira do Brasil indicando o idioma. Logo abaixo, há um menu horizontal com as opções: “Sobre a plataforma”, “Termo de uso”, “Dados e estatísticas”, “Acordos institucionais”, “Extração de dados”, “Outras bases” e “Ajuda”. No centro da tela, há um grande banner ilustrado. À esquerda do banner, aparece o texto “Conheça o Lattes do Lattes”, com uma breve explicação sobre César Lattes e um botão para acessar um documento histórico. À direita do banner, há uma fotografia em tons de cinza de um homem escrevendo fórmulas matemáticas em um quadro negro. No lado direito da página, há uma coluna intitulada “Acesso direto”, com uma lista de links acompanhados de ícones. Os itens visíveis são: “Currículo Lattes”, “Buscar currículo”, “Atualizar currículo”, “Cadastrar novo currículo”, “Diretório de Instituições”, “Buscar instituição”, “Atualizar instituição”, “Cadastrar instituição” e “Diretório dos Grupos de Pesquisa”. A página apresenta fundo claro, organização em colunas e layout institucional.

Além disso, verificou-se que os campos de busca não apresentam recursos adaptados a diferentes perfis de usuários, o que pode dificultar a navegação e a recuperação da informação. Embora a plataforma disponibilize a opção de ajuste do tamanho da fonte, esse recurso, isoladamente, não garante acessibilidade plena. Aspectos como contraste de cores, navegação por teclado, estrutura semântica do conteúdo e legibilidade textual também são fundamentais e não se encontram plenamente implementados.

Esses elementos são considerados fundamentais para a promoção da acessibilidade na web, conforme sintetizado no Quadro 1, que apresenta recursos amplamente utilizados para garantir o acesso de diferentes perfis de usuários, bem como suas respectivas funcionalidades. A ausência desses recursos na Plataforma Lattes evidencia limitações no atendimento às diretrizes de acessibilidade.

Quadro 1- Acessibilidade na web em sites

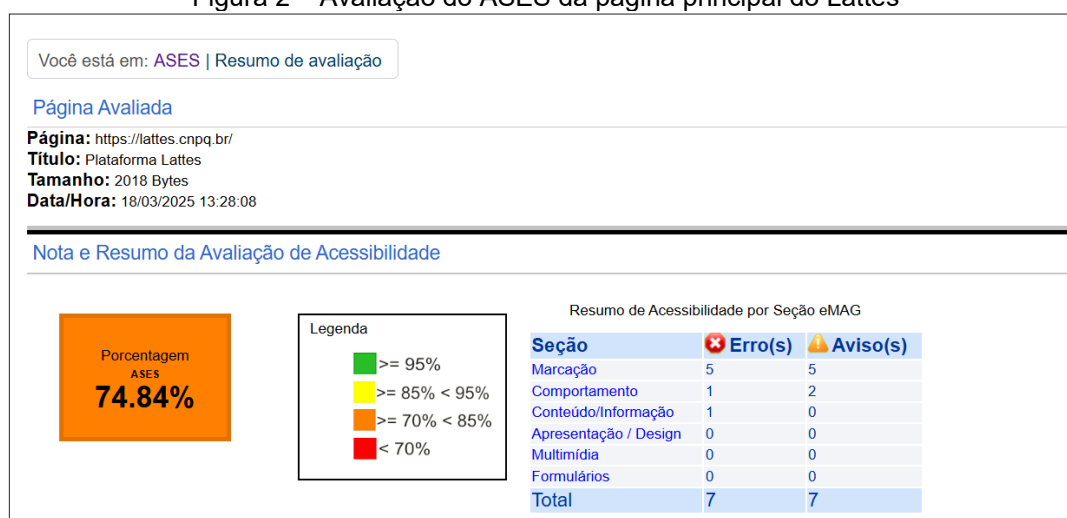
RECURSO	VANTAGENS PROPORCIONADAS	DISPONIBILIDADE
	Tradução automática para tornar a web mais acessível para pessoa surda.	Recurso gratuito.
	Indica que o site é acessível.	Recurso gratuito.
#pracegover	Texto alternativo para pessoas com deficiência visual.	Recurso gratuito.

Fonte: elaborado pela autora.

[Audiodescrição]: Quadro organizado em três colunas. A primeira coluna tem o título “Recurso”, a segunda “Vantagens proporcionadas” e a terceira “Disponibilidade”. Na primeira linha, a coluna “Recurso” apresenta imagem do sinal de libras com duas mãos em movimento. Na coluna “Vantagens proporcionadas”, lê-se: “Tradução automática para tornar a Web mais acessível para pessoa surda”. Na coluna “Disponibilidade”, consta a informação: “Recurso gratuito”. Na segunda linha, a coluna “Recurso” apresenta imagem do símbolo de acessibilidade, uma pessoa com braços abertos. Na coluna “Vantagens proporcionadas”, lê-se: “Indica que o site é acessível”. Na coluna “Disponibilidade”, aparece o texto: “Recurso gratuito”. Na terceira linha, na coluna “Recurso”, está escrito “#pracegover”. Na coluna “Vantagens proporcionadas”, lê-se: “Texto alternativo para pessoas com deficiência visual”. Na coluna “Disponibilidade”, consta: “Recurso gratuito”. O quadro apresenta informações resumidas sobre recursos de acessibilidade na web, destacando suas vantagens e a gratuidade de todos os recursos listados.

A aplicação do avaliador ASES indicou que a Plataforma Lattes em sua página principal se encontra 74,84% acessível, sendo classificado como regular conforme os critérios do ASES. Esse resultado indica possíveis lacunas na implementação de políticas institucionais voltadas à acessibilidade nos sites governamentais. Dessa forma, a Plataforma Lattes vem deixando de cumprir os princípios do W3C, conforme demonstra a Figura 2.

Figura 2 – Avaliação do ASES da página principal do Lattes



Fonte: Brasil, 2023.

[Audiodescrição]: Imagem de tela com o resultado da avaliação da página avaliada. Abaixo dessas informações, há o título “Nota e Resumo da Avaliação de Acessibilidade”. À esquerda da tela,

destaca-se um grande retângulo na cor laranja com o texto “Porcentagem ASES” e o valor 74,84%, indicando o resultado geral da avaliação de acessibilidade da página. Ao lado desse retângulo, há uma legenda de cores, composta por quatro faixas: verde, amarelo, laranja e vermelho. À direita da imagem, encontra-se uma tabela intitulada “Resumo de Acessibilidade por Seção eMAG”, organizada em três colunas: “Seção”, “Erro(s)” e “Aviso(s)”.

Na análise da página de busca textual (Figuras 3 e 4), a plataforma apresentou 82,78% de conformidade, também classificada como “regular”. Apesar do desempenho superior em relação à página inicial, ainda foram identificadas inconsistências relacionadas à estrutura do código HTML, à navegação por teclado, à ausência de descrições alternativas e à organização dos formulários.

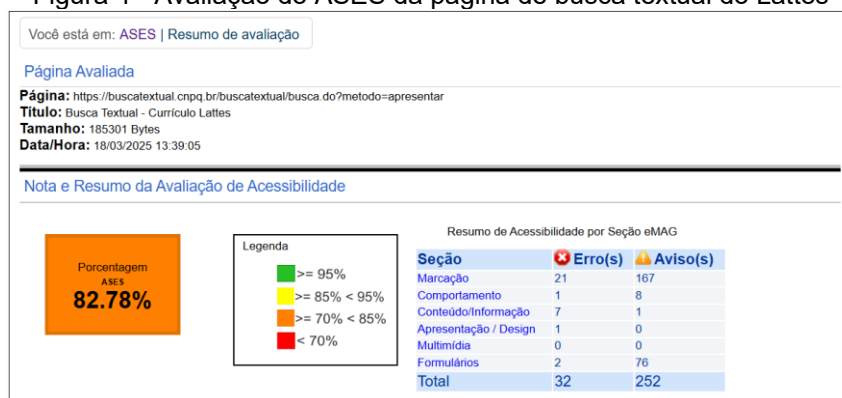
De modo geral, os resultados evidenciam que a Plataforma Lattes não atende plenamente aos princípios estabelecidos pelas diretrizes do W3C e pelo modelo eMAG, especialmente no que se refere à operabilidade, percepção e compreensão das informações.

Figura 3 – Página textual do Lattes

Fonte: Plataforma Lattes (2025).

[Audiodescrição]: Imagem de tela da Plataforma Lattes. No topo da página, à esquerda, aparece o logotipo do CNPq. Ao centro, há o título “Currículo Lattes”. À direita, consta a informação “Versão: 2.0.14.91-65”, seguida de ícones de acessibilidade relacionados ao tamanho da fonte, um ícone com a bandeira do Reino Unido para alteração de idioma e um ícone de ajuda. Logo abaixo, há o título da seção “Buscar Currículo Lattes (Busca Simples)”, com um link para “Busca Avançada” posicionado à direita. Na área principal da tela, aparece o campo “Buscar por:”, com opções de seleção para o modo de busca. A opção “Nome” está marcada, e há também a opção “Assunto (título ou palavra-chave da produção)”. Abaixo, há um campo de texto em branco para digitação do termo de busca. Em seguida, aparecem filtros de seleção. A página possui fundo claro, campos organizados em blocos e layout institucional.

Figura 4 - Avaliação do ASES da página de busca textual do Lattes

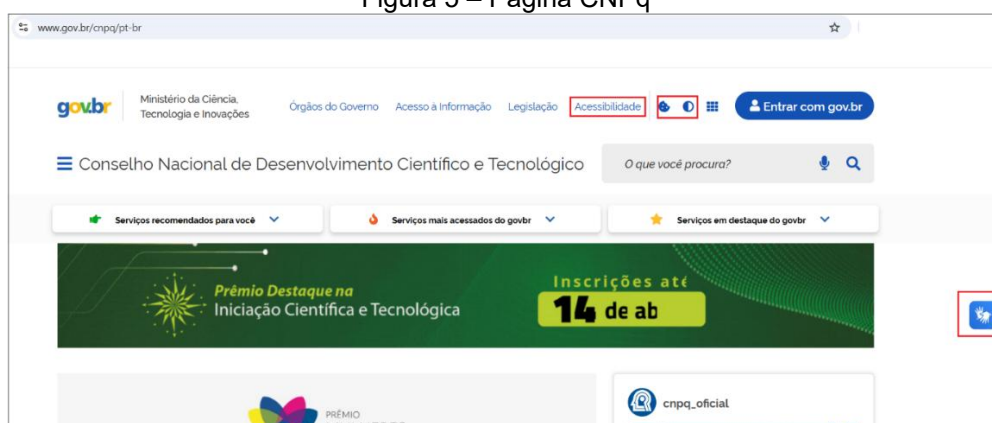


Fonte: Brasil, 2023.

[Audiodescrição]: Imagem de tela com o resultado da avaliação da página avaliada. Abaixo dessas informações, há o título “Nota e Resumo da Avaliação de Acessibilidade”. À esquerda da tela, destaca-se um grande retângulo na cor laranja com o texto “Porcentagem ASES” e o valor 82,78%, indicando o resultado geral da avaliação de acessibilidade da página. Ao lado desse retângulo, há uma legenda de cores, composta por quatro faixas: verde, amarelo, laranja e vermelho. À direita da imagem, encontra-se uma tabela intitulada “Resumo de Acessibilidade por Seção eMAG”, organizada em três colunas: “Seção”, “Erro(s)” e “Aviso(s)”.

Para fins de comparação institucional, a análise do site do CNPq (Figura 5) indicou a presença de recursos de acessibilidade, com o símbolo de acessibilidade em destaque, opções de contraste e a integração com o recurso VLibras. A avaliação automática realizada pelo ASES atribuiu ao site um índice de 96,05% de conformidade (Figura 6), classificado como “excelente”. A diferença entre os resultados sugere ausência de padronização na aplicação de diretrizes de acessibilidade entre sistemas mantidos pela mesma instituição, evidenciando possíveis lacunas na implementação de políticas institucionais voltadas à inclusão digital.

Figura 5 – Página CNPq



Fonte: CNPq (2025).

[Audiodescrição]: Imagem de tela de navegador exibindo o site institucional do CNPq dentro do portal gov.br, com foco nos recursos de acessibilidade. No menu superior horizontal, aparecem as opções: “Órgãos do Governo”, “Acesso à Informação”, “Legislação” e “Acessibilidade”, sendo esta

última destacada com um contorno em vermelho. Ao lado, há dois ícones circulares também destacados: um com símbolo de acessibilidade e outro relacionado a ajustes visuais. À direita do menu, há um botão azul com o texto “Entrar com gov.br”. Logo abaixo, aparece o nome da instituição em destaque: “Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico”. À direita, há um campo de busca com o texto “O que você procura?”, acompanhado de ícones de microfone e lupa. Na lateral direita da tela, há um ícone da Libras com duas mãos em movimento, destacado com um contorno vermelho. A página possui fundo claro, organização em blocos e layout moderno.

Figura – 6 Página do CNPq



Fonte: Brasil, 2023.

[Audiodescrição]: Imagem de tela com o resultado da avaliação da página avaliada. Abaixo dessas informações, há o título “Nota e Resumo da Avaliação de Acessibilidade”. À esquerda da tela, destaca-se um grande retângulo na cor laranja com o texto “Porcentagem ASES” e o valor 96,05%, indicando o resultado geral da avaliação de acessibilidade da página. Ao lado desse retângulo, há uma legenda de cores, composta por quatro faixas: verde, amarelo, laranja e vermelho. À direita da imagem, encontra-se uma tabela intitulada “Resumo de Acessibilidade por Seção eMAG”, organizada em três colunas: “Seção”, “Erro(s)” e “Aviso(s)”.

Em perspectiva complementar, o Quadro 2 apresenta os resultados da análise exploratória realizada em plataformas acadêmicas internacionais, como o ORCID e a ResearchGate. Os dados indicam que ambas também obtiveram avaliação “regular”, com percentuais de 81,79% e 80,1%, respectivamente. Embora tais resultados não sejam diretamente comparáveis aos da Plataforma Lattes em razão do uso de avaliadores automáticos distintos, eles contribuem para situar o problema da acessibilidade na web em um contexto mais amplo, demonstrando que as limitações observadas não se restringem ao cenário brasileiro.

Quadro 2 – Análise das plataformas internacionais ORCID e ResearchGate

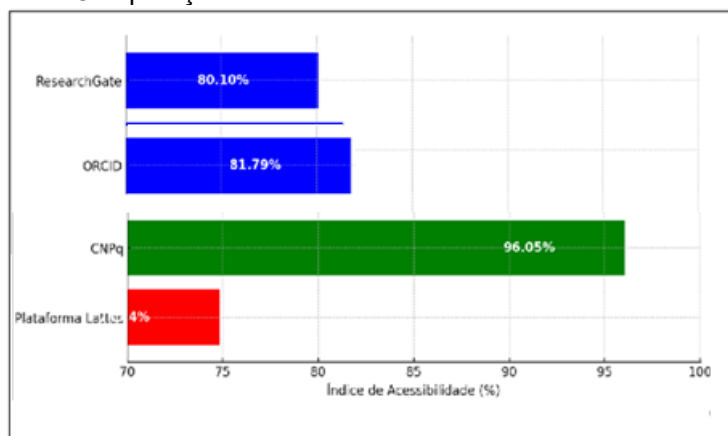
Plataformas	Avaliador ASES	accessMonitor	Porcentagem (%)	Avaliação
ORCID	X		81.79	Regular
ResearchGate		X	80.1	Regular

Fonte: elaborado pela autora.

[Audiodescrição]: Quadro organizado em cinco colunas, com os títulos: “Plataformas”, “Avaliador ASES”, “accessMonitor”, “Porcentagem” e “Avaliação”. Na primeira linha de dados, a plataforma listada é ORCID. Na coluna “Avaliador ASES”, há um “X”, indicando que essa ferramenta foi utilizada. A coluna “accessMonitor” está em branco. Na coluna “Porcentagem”, consta o valor 81,79%. Na coluna “Avaliação”, aparece a classificação “Regular”. Na segunda linha, a plataforma listada é ResearchGate. Na coluna “Avaliador ASES” não há marcação. Na coluna “accessMonitor”, há um “X”, indicando o uso dessa ferramenta de avaliação. A porcentagem apresentada é 80,1%, e a avaliação final é “Regular”. O quadro compara os resultados de avaliação de acessibilidade na web de diferentes plataformas acadêmicas, indicando o avaliador utilizado, os percentuais obtidos e a classificação geral, sendo todas as plataformas avaliadas como de acessibilidade regular.

A Figura 7 sintetiza visualmente essa comparação, evidenciando que o site do CNPq apresenta desempenho superior, enquanto a Plataforma Lattes, ORCID e ResearchGate permanecem na faixa de acessibilidade regular. Esse panorama reforça a necessidade de melhorias estruturais na Plataforma Lattes e de maior atenção institucional à implementação de diretrizes de acessibilidade na web.

Figura 7 – Comparação de acessibilidade entre Plataformas acadêmicas



Fonte: elaborado pela autora.

[Audiodescrição]: Imagem de um gráfico de barras horizontais que compara o Índice de Acessibilidade (%) de diferentes plataformas acadêmicas e institucionais. No eixo vertical, à esquerda, estão listadas quatro plataformas, de cima para baixo: ResearchGate, ORCID, CNPq e Plataforma Lattes. No eixo horizontal, na parte inferior, está indicado o Índice de Acessibilidade (%), com escala que vai aproximadamente de 70 a 100%. O gráfico utiliza cores distintas para evidenciar diferenças de desempenho: azul para plataformas acadêmicas internacionais, verde para o site do CNPq e vermelho para a Plataforma Lattes. O conjunto visual permite identificar rapidamente que o site do CNPq apresenta o melhor desempenho em acessibilidade, enquanto a Plataforma Lattes apresenta o resultado mais baixo.

Os resultados obtidos por meio da avaliação automatizada evidenciam limitações estruturais na acessibilidade da Plataforma Lattes, especialmente no que se refere à navegação, descrição de elementos e conformidade com diretrizes internacionais. Tais achados podem ser aprofundados à luz de evidências qualitativas presentes na literatura.

Nesse sentido, o estudo de Santos e Kafure (2022), ao analisar a interação de usuários surdos com a Plataforma Lattes, evidencia dificuldades semelhantes às identificadas nesta pesquisa. Como relatado por um dos participantes:

Eu vou procurando as palavras do meu interesse. Quando eu encontro, eu clico abre essa opção e eu vou colocando as informações. [...] Mas a pesquisa tem falhas. Eu não conheço todas aquelas palavras. Onde encontrar? Tem muitas opções. É difícil! Você clica e vai abrindo uma série de informações, de palavras, demora um pouco (Docente 1) (Santos; Kafure, 2022, p. 122).

A fala evidencia dificuldades relacionadas à organização da informação e à navegabilidade da plataforma, aspectos que também foram identificados na análise automatizada.

No que se refere à legibilidade e à estrutura do conteúdo, a acessibilidade na web pressupõe a adequada organização textual, com uso consistente de cabeçalhos, espaçamento e tipografia que favoreçam a leitura. Elementos visuais, como imagens, botões e gráficos, devem ser acompanhados de descrições alternativas (*alt text*), de modo a possibilitar o acesso por pessoas com deficiência visual. Além disso, a adoção de linguagem clara e objetiva contribui para a compreensão por usuários com dificuldades cognitivas, incluindo pessoas com dislexia. No caso de conteúdos audiovisuais, a disponibilização de legendas e audiodescrição constitui recurso essencial para garantir o acesso por pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

As inconsistências encontradas aparecem nos itens de **marcação**: respeitar os padrões web com link para um novo site, organização do código HTML de forma lógica e semântica, dividir as áreas de informação com link para um novo sítio, não abrir novas instâncias sem a solicitação do usuário; **comportamento**: disponibilizar todas as funções da página via teclado e garantir que os objetos programáveis sejam acessíveis; **conteúdo/informação**: descrever links de forma clara e sucinta e fornecer alternativa em texto para as imagens do sítio; **apresentação/design**: possibilitar que o elemento com foco seja visualmente evidente; **formulários**: associar etiquetas aos seus campos, fornecer alternativa em texto para os botões de imagem de formulários. Sobre os itens mencionados, o Docente 2 diz:

Você vai clicando os caminhos para dar continuidade. É muita coisa. Vai clicando. A primeira vez você fica assustado com tanta informação. A segunda vez, a terceira, a quarta. Você vai acostumando. Vai usando com mais facilidade. Eu não tenho muita facilidade de usar. Uso pouco, mas vou seguindo o caminho, procurando e vou clicando também. É bom. Mas, o CNPq é para pessoas que utilizam pesquisa, currículo. Pessoas que usam

muito. Isso não é a maioria, isso é a minoria que utiliza (Docente 2) (Santos; Kafure, 2022, p. 123).

Essa fala reforça a relevância da Plataforma Lattes para a pesquisa. Considerar as pessoas com deficiência não constitui uma concessão, mas um direito que órgãos públicos e privados devem garantir, não apenas por obrigação normativa, mas também pelo reconhecimento da acessibilidade como direito fundamental.

Nesse sentido, um site acessível deve proporcionar independência ao usuário, como exemplificado no relato do Docente 2: “O CNPq, eu não uso muito. Eu acho um pouco difícil. Uso raramente. Sempre peço para outra pessoa fazer para mim. Colocar certificado, fazer atualização. Eu, não! Eu não tenho muita facilidade com tecnologia” (Docente 2) (Santos; Kafure, 2022, p. 122). Esse relato revela a dependência de terceiros para a realização de tarefas na plataforma, o que compromete a autonomia do usuário.

Tanto na Figura 1 quanto na Figura 3, as páginas não apresentam o recurso em Libras, o símbolo de acessibilidade em destaque, conforme orientação da LBI (Brasil, 2015) e não atendem aos principais requisitos de acessibilidade no que se refere aos recursos técnicos de estrutura e disposições da informação. Ainda nesse sentido, observa-se a percepção sobre a necessidade de inclusão:

Penso que o CNPq e o Lattes precisam discutir um espaço de acessibilidade para o surdo. Não só para o surdo, mas para o surdocego também. Eu acho importante abrir um espaço, porque no futuro vai ter mais professores surdos, pesquisadores surdos, acadêmicos surdos. Vai precisar usar a plataforma Lattes (Docente 3) (Santos; Kafure, 2022, p. 125).

A fala evidencia a demanda por políticas institucionais mais inclusivas, alinhando-se à discussão sobre regimes de informação (Magnani; Pinheiro, 2011), nos quais a ausência de padronização pode impactar a equidade no acesso à informação.

Por fim, ao destacar a centralidade da plataforma no cotidiano acadêmico:

Sempre, sempre! A palestra acabou, no mesmo dia eu coloco no Lattes. Também eu pesquiso referências. Por exemplo, o autor, eu olho se é do Brasil, se combina com minha pesquisa ou não, se é autor ou não, eu olho, também o livro eu olho, o Lattes também (Docente 4) (Santos; Kafure, 2022, p. 127).

O depoimento reforça o papel da Plataforma Lattes como infraestrutura essencial da comunicação científica, o que torna ainda mais relevante a garantia de acessibilidade.

A ausência de menções diretas à acessibilidade nas diretrizes públicas do CNPq para a Plataforma Lattes evidencia uma lacuna institucional, já que outras plataformas sob

a mesma gestão (como o site do CNPq) apresentam recursos acessíveis e avaliação superior no ASES.

Observa-se que, mesmo em Plataformas similares ao Lattes, a problemática da acessibilidade na web assume caráter global, o que torna a questão ainda mais preocupante e sinaliza para que as políticas de fato sejam efetivadas, não com o rigor da lei, mas com o rigor da consciência e sensibilização social. À luz de Frohmann (2007), a existência de normativas não garante, por si só, sua efetiva implementação, uma vez que a materialização dos princípios depende de práticas institucionais e ações concretas.

No âmbito da mediação informacional (Almeida Júnior, 2009), a Plataforma Lattes atua como intermediária entre pesquisadores e sistemas de avaliação científica; contudo, ao não garantir condições equitativas de acesso, essa mediação torna-se excludente, transformando-se de instrumento de empoderamento em espaço de barreira informacional, como ilustram as falas dos docentes surdos (Santos; Kafure, 2022).

No contexto dos regimes de informação e do ecossistema científico (Magnani; Pinheiro, 2011; Araújo, 2018), tais limitações evidenciam fragilidades na implementação de políticas informacionais voltadas à acessibilidade, impactando diretamente a circulação equitativa do conhecimento.

Os problemas identificados, como a ausência de texto alternativo e a limitação da navegação por teclado, reiteram a exclusão informacional descrita na LBI (Brasil, 2015), segundo os quais a acessibilidade na web não se restringe a adequações técnicas, mas envolve condições sociais e políticas. De forma semelhante, a análise qualitativa realizada por Santos e Kafure (2022) evidencia como a falta de recursos em Libras e a complexidade de navegação impactam a experiência de pesquisadores surdos, confirmando as limitações apontadas pelo ASES.

Em primeiro lugar, as falhas identificadas (ausência de textos alternativos, incompatibilidade com navegação por teclado, falta de Libras) revelam uma fragilidade do regime de informação científico e governamental (Magnani; Pinheiro, 2011), no qual a Plataforma Lattes se insere como principal instrumento de gestão e monitoramento da produção acadêmica no Brasil. Ao não atender com êxito aos critérios de acessibilidade, o regime acaba por reforçar barreiras informacionais e reproduzir exclusões que contrariam os princípios de universalidade e equidade da política científica nacional.

Do ponto de vista da organização da informação (Capurro; Hjørland, 2007), as falhas técnicas identificadas comprometem a forma como os metadados e conteúdos são percebidos, recuperados e compreendidos, configurando limitações que extrapolam o plano

visual e assumem caráter estrutural, restringindo o acesso de pesquisadores com deficiência à informação científica.

A discrepância entre os índices de acessibilidade do site do CNPq (96,05%, classificado como excelente) e da Plataforma Lattes (74,84% e 82,78%, classificados como regulares) sugere ausência de padronização de políticas de acessibilidade dentro do mesmo ecossistema institucional. Tal lacuna enfraquece a confiança e a justiça informacional, pois evidencia que a inclusão digital não é tratada de forma homogênea nas infraestruturas de informação científica nacionais.

Essas análises dialogam com pesquisas anteriores, como Cuevas Cerveró e Vellosillo González (2011), que associam a acessibilidade na web a um problema que vai além do plano técnico, envolvendo também políticas e condições sociais, e Santos e Kafure (2022), que evidencia como a falta de recursos em Libras e a complexidade da navegação impactam negativamente a experiência de pesquisadores surdos. O presente estudo confirma essas limitações e demonstra que, mesmo em contextos institucionais de alta relevância, como o da ciência e tecnologia, a acessibilidade na web ainda é tratada de forma insuficiente.

Portanto, os resultados ultrapassam à descrição de falhas técnicas da Plataforma Lattes e evidenciam tensões conceituais no campo da Ciência da Informação, como a incapacidade de um regime de informação governamental assegurar equidade, a fragilidade da organização da informação em contemplar a diversidade de usuários, os limites de uma mediação informacional que deveria ser inclusiva e a vulnerabilidade do ecossistema informacional científico frente às exigências de justiça informacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acessibilidade tem sido frequentemente tratada como uma mera adequação legal, com o risco de judicialização caso não atenda aos princípios mínimos estabelecidos por lei. No entanto, a questão que se impõe é que a acessibilidade mínima, embora seja um avanço, não resolve o problema por completo, tampouco garante às pessoas com limitações físicas e sensoriais a independência, a equidade e a justiça social de que necessitam. Dessa forma, ao ser reconhecida como direito difuso, por se relacionar ao interesse coletivo, beneficia não apenas um grupo marginalizado ou excluído, mas toda a sociedade.

Quando vista sob a perspectiva da sensibilização social e medida pelos princípios da justiça informacional e social, a acessibilidade transcende a mera legalidade. O que realmente importa é o outro e se suas necessidades informacionais estão, de fato, sendo atendidas. As políticas públicas e informacionais têm o propósito de garantir direitos e corrigir falhas sistêmicas no âmbito educacional e social, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva.

Uma plataforma como a do CNPq, que não apenas auxilia no planejamento e na gestão, mas também serve como instrumento para a formulação de políticas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em conjunto com outros órgãos governamentais, não pode perder de vista a diversidade de competências e habilidades da sociedade. Sem a consciência de que a ciência só avança quando pautada na equidade e na justiça informacional, um país jamais atingirá seu máximo potencial, pois continuará deixando pessoas para trás. Ao não eliminar as barreiras sociais que impedem o acesso à informação, contribui-se para a perpetuação da discriminação, do capacitismo e da negligência, tanto do governo, enquanto instituição, quanto da sociedade, enquanto corresponsável por essa transformação.

Recomenda-se aos gestores, portanto, incluir o símbolo de acessibilidade em local de destaque, a implementação do recurso VLibras, a inserção de textos alternativos e a adequação e padronização da plataforma, tomando como referência o modelo adotado pelo CNPq.

REFERÊNCIAS

ABILITYNET. Election 2015: political parties' websites accessibility report. **AbilityNet**, 1 may 2015. Disponível em: <https://abilitynet.org.uk/state-enation-reports?page=2>. Acesso em: 19 mar. 2026.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/170>. Acesso em: 18 mar. 2026.

ARAÚJO, Claudialyne Silva. As políticas de inclusão social e informacional das pessoas com deficiência sob a ótica da responsabilidade social. **Biblionline**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 3-10, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/40933/20972>. Acesso em: 18 mar. 2026.

BRASIL. **Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios (ASES)**. Brasília, DF: Governo Federal, 2023. Disponível: <https://asesweb.governoeletronico.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 18 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **eMAG Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico**. Brasília, DF: Departamento de Governo Eletrônico, 2014. Disponível em: <http://emag.governoeletronico.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2026.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22360>. Acesso em: 19 mar. 2026.

CUEVAS CERVERÓ, Aurora; VELLOSILO GONZÁLEZ, Inmaculada. As bibliotecas na prática da inclusão digital. In: CUEVAS CERVERÓ, Aurora; SIMEÃO, Elmira (coord.). **Alfabetização informacional e inclusão digital**: modelo de infoinclusão social. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 55-70.

FARIAS, Álisson de Lima *et al.* Avaliação de acessibilidade nos ambientes virtuais de aprendizagem utilizando o método automático de avaliação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2., 2016, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/22730>. Acesso em: 18 mar. 2026.

FREIRE, Gustavo Henrique Araújo. Construção participativa de instrumento de política pública para gestão e acesso à informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 195-207, set./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23564>. Acesso em: 19 mar. 2026.

FROHMAN, Bernd. Multiplicity, materiality, and autonomous agency of documentation. In: SKARE, Roswitha; LUND, Niels Windfeld; VÅRHEIM, Andreas (org.). **A document (re)turn**: contributions from a research field in transition. Frankfurt: Peter Lang, 2007. p. 27-39.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/FwJWGzhN77SSYWNqwwHHyYgw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2026.

MAGNANI, Maria Cristina Brasil; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. “Regime” e “Informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da

Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 593-610, set. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3278/2899>. Acesso em: 18 dez. 2025.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

NOMENSA. **United Nations Global Audit of Web Accessibility**. [Bristol]: United Nations, 2006. Disponível em: <https://www.un.org/disabilities/documents/fnomensarep.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2026.

OMS; WORLD BANK. **Relatório mundial sobre a deficiência**. São Paulo: SEDPcD, 2012. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf?sequence=4. Acesso em: 16 mar. 2026.

ONU. **Inclusive development for and with persons with disabilities**: report of the Secretary-General. [New York]: UN, 2024. Disponível em: <https://docs.un.org/en/A/79/372>. Acesso em: 16 abr. 2026.

SANTOS, Ana Paula Lima dos. **Inclusão, acessibilidade comunicacional e informacional às pessoas com deficiência em bibliotecas universitárias**: discussão à luz do conceito de regime de informação. 2024. 386f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024a. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/34274>. Acesso em: 18 mar. 2026.

SANTOS, Ana Paula Lima dos. Política de informação e acessibilidade nas bibliotecas universitárias: uma análise da UFF, UNIRIO, UFRRJ e UFRJ. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 30., 2024, Recife. **Anais** [...]. Recife: CBBd, 2024b. p. 1-18. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2024/article/view/3238>. Acesso em: 18 mar. 2026.

SANTOS, Sylvana Karla da Silva de Lemos; KAFURE, Ivette. Surdos e interação na web: análise do Currículo Lattes - CNPq. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 110-132, jan./mar., 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/rqh3RX8kzqnYPJZypQM3RqH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2026.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. **Revista da Educação Especial**, Brasília, ano 1, n. 1, p. 19-23, out. 2005. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2026.

W3C. Princípios éticos da web do TAG W3C. **W3C Chapter São Paulo**, 12 maio 2022. Disponível em: <https://www.w3c.br/meet-the-team/jessica-doe/>. Acesso em: 19 mar. 2026.

NOTAS

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: A. P. L. Santos

Coleta de dados: A. P. L. Santos

Análise de dados: A. P. L. Santos

Discussão dos resultados: A. P. L. Santos

Revisão e aprovação: A. P. L. Santos

ORIGEM DA PESQUISA

Projeto de Pesquisa: Políticas Informacionais e Regime de Informação no contexto da acessibilidade informacional e comunicacional: um olhar para as pessoas com deficiência nas bibliotecas universitárias brasileiras. Coordenadora: Ana Paula Lima dos Santos. Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense.

Ana Paula Lima dos. Inclusão, acessibilidade comunicacional e informacional às pessoas com deficiência em bibliotecas universitárias: discussão à luz do conceito de regime de informação. 2024. 386 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024.

PREPRINTS

O manuscrito não é um *preprint*.

AGRADECIMENTOS

Ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense ao qual faço parte.

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

As pessoas autoras declaram não haver interesses conflitantes.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA E OUTROS MATERIAIS

Os dados foram publicados no próprio artigo.

LICENÇA DE USO

As autorias cedem à Revista *Encontros Bibli* os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença [Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International. Essa licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. As autorias têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.



PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade das pessoas autoras, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Edgar Bisset Alvarez, Genilson Geraldo, Camila de Azevedo Gibbon, Ana Laura Garbin Brati, Alicia Dill Loose, Marcela Reinhardt de Souza.

HISTÓRICO

Recebido em: 27-12-2025

Aprovado em: 12-05-2026

Publicado em: 31-07-2026

Copyright (c) Ana Paula Lima dos Santos. Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY 4.0\)](#), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria. Os artigos são de acesso aberto e uso gratuito.

